

A EXTENSÃO E AS MULHERES NO CONTEXTO RURAL: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS ENFRENTADOS “DENTRO E FORA DA PORTEIRA” NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA-RS.

Rural Extension and Women in Rural Contexts: An Analysis of Challenges Faced Within and Beyond the Farm Gate in the Quarta Colônia Region.

Ana Paula Minuzzi

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

Daiane Loreto de Vargas

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

Mariele Boscardin

Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

GT 08 - Extensão Rural e Diálogos Interculturais

Resumo: A extensão rural desempenha papel importante ao promover capacitações, orientar tecnicamente as famílias e desenvolver ações voltadas à inclusão social, ao fortalecimento da agricultura familiar e à melhoria da qualidade de vida no meio rural. Este trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção de extensionistas rurais da EMATER/RS-Ascar, os desafios e as condições de inserção das mulheres rurais nos sistemas produtivos, no bem-estar social e no acesso às políticas públicas na região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro a outubro de 2025, por meio de questionário on-line, elaborado na plataforma *Google Forms*, com 15 questões dissertativas aplicado a 7 extensionistas rurais, abrangendo a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciam que as mulheres rurais acumulam múltiplas funções, conciliando atividades produtivas, responsabilidades domésticas e cuidados com a família, o que gera sobrecarga física e emocional. Somam-se a isso as dificuldades de acesso a políticas públicas, capacitações técnicas e espaços de tomada de decisão, fatores que limitam sua autonomia econômica e social. A atuação da extensão rural mostrou-se essencial no apoio às mulheres rurais, não apenas no aspecto técnico, mas também no aspecto social, no fortalecimento da autoestima, da organização coletiva e da participação social.

Palavras-chave: Extensão rural, Mulheres rurais, Bem-Estar Social, Políticas Públicas.

Abstract: Rural extension plays an important role in providing training, offering technical guidance to families, and implementing initiatives aimed at social inclusion, strengthening family farming, and improving the quality of life in rural areas. The overall objective of this study is to analyze, based on the perceptions of rural extension workers from EMATER/RS-Ascar, the challenges and conditions for the integration of rural women into productive systems, social welfare, and access to public policies in the Quarta Colônia region of Rio Grande do Sul. The research is qualitative in nature, descriptive and exploratory in character. Data collection took place between September and October 2025 via an online questionnaire created on the Google Forms platform, consisting of 15 open-ended questions administered to 7 rural extension workers, covering the region of the Fourth Italian Immigration Colony in Rio Grande do Sul. The results show that rural women juggle multiple roles, balancing productive activities, domestic responsibilities, and family care, which leads to physical and emotional overload. Added to this are difficulties in accessing public policies, technical training, and decision-making spaces—factors that limit their economic and social autonomy. Rural extension programs have proven essential in supporting rural women, not only in technical terms but also in social terms, by boosting self-esteem, fostering collective organization, and promoting social participation.

Keywords: Rural extension, Rural women, Social welfare, Public policy.

1. Introdução

A extensão rural desempenha papel importante ao promover capacitações, orientar tecnicamente as famílias e desenvolver ações voltadas à inclusão social, ao fortalecimento da

agricultura familiar e à melhoria da qualidade de vida no meio rural. No caso das mulheres, a atuação extensionista vai além do aspecto produtivo, alcançando também dimensões sociais, emocionais e organizativas, sendo determinante não apenas para sua valorização, mas também para o apoio à permanência dessas mulheres no meio rural.

A Quarta Colônia de Imigração Italiana, localizada na região central do Rio Grande do Sul, compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins. A região caracteriza-se pela forte presença da agricultura familiar e é formada por municípios de pequeno porte populacional, com expressiva população rural, onde a geração de renda e a economia local têm como base, majoritariamente, a agricultura familiar, e na qual as mulheres exercem papel fundamental, o que torna o território propício para a análise das relações de trabalho, das desigualdades de gênero e do papel da extensão rural no cotidiano das famílias rurais.

Diante desse contexto, surge o seguinte questionamento: Como os extensionistas rurais da EMATER/RS-Ascar percebem o trabalho das mulheres rurais no campo e as principais dificuldades enfrentadas por elas na Quarta Colônia – RS? Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir da percepção de extensionistas rurais da EMATER/RS-Ascar, os desafios e as condições de inserção das mulheres rurais nos sistemas produtivos, no bem-estar social e no acesso às políticas públicas na região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro a outubro de 2025, por meio de questionário online, elaborado na plataforma *Google Forms*, com 15 questões dissertativas aplicado a 7 extensionistas rurais, abrangendo a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

É importante ressaltar que este artigo é fruto de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso de graduação, sendo assim, constituindo-se como recorte de um estudo mais amplo. O trabalho está estruturado nas seguintes seções: Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Discussão e Considerações Finais.

2. Revisão da Literatura

O meio rural é historicamente marcado por desigualdades e pela desvalorização do papel das mulheres nas atividades agropecuárias. Alguns estudos evidenciam que o trabalho feminino, embora essencial para o funcionamento das propriedades, é frequentemente caracterizado como “ajuda”, mesmo quando as mulheres desempenham funções equivalentes

ou idênticas às dos homens (Brumer, 2004). Essa perspectiva revela uma hierarquia, na qual as tarefas atribuídas às mulheres, como o cuidado com os animais, a ordenha, o cultivo da horta e os trabalhos domésticos, são vistas como atividades secundárias, em comparação com as funções masculinas ligadas ao uso de maquinários e ao manejo de maior esforço físico.

Brumer (2004) destaca que as tarefas executadas pelas mulheres no âmbito produtivo permanecem praticamente invisíveis, sendo os homens os principais responsáveis pelos contatos externos, como com técnicos, bancos e cooperativas. Essa invisibilidade social e produtiva reforça a ideia de que o trabalho feminino é menos importante ou de menor valor econômico, embora seja indispensável para a sustentação e desenvolvimento das propriedades rurais e para a reprodução social das famílias rurais.

Por outro lado, é preciso ressaltar que a presença das mulheres na agricultura familiar é fundamental para a manutenção da produção de alimentos e para a sobrevivência econômica das unidades rurais, embora muitas vezes seu trabalho não tenha o devido reconhecimento. Essa participação está diretamente relacionada à organização do trabalho a partir da família, seguindo padrões históricos de divisão sexual do trabalho. Enquanto os homens assumem predominantemente as atividades de produção e o controle sobre a terra, as mulheres desempenham papéis essenciais nas lavouras, na pecuária, na horticultura, na criação de aves e pequenos animais, geralmente voltados ao autoconsumo, assim como na administração doméstica e no cuidado da família (Paulilo, 1987; Rua; Abramovay, 2000).

De acordo com dados do IBGE (2017), a gestão dos estabelecimentos agropecuários no Brasil é massivamente masculina, representando 81% do total. As mulheres estão à frente de apenas 19% dessas unidades, o que corresponde a cerca de 946,1 mil produtoras em todo o país. Mas, precisa-se destacar que a agricultura familiar vai além de uma forma de produção: representa um modo de vida, trabalho e organização social. Ainda que garanta alimentos e renda, persistem desigualdades invisibilizadas, especialmente na visibilidade e participação das mulheres nesse espaço.

Nesse sentido, a Extensão Rural Social é um importante instrumento de valorização do protagonismo feminino, da promoção da autonomia e do empoderamento das mulheres rurais, apontando a necessidade de práticas extensionistas mais sensíveis, inclusivas e voltadas à equidade de gênero no campo. No entanto, sabe-se que esse é um processo que exige tempo e esforço, pois a história da Extensão Rural no Brasil ainda carrega práticas e modos de atuação que remontam à década de 1940, quando a assistência técnica era pensada de forma muito mais produtivista do que social (Villwock, Germani e Roncato, 2016).

Mesmo com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), não houve avanços significativos em relação à igualdade de gênero nas ações extensionistas. De modo geral, a conduta dos profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) permanece muito próxima de um modelo tecnicista e androcêntrico. A ausência de uma formação continuada voltada para discutir e problematizar as desigualdades de gênero contribui para essa realidade, fazendo com que a atuação extensionista reproduza práticas que reforçam o domínio masculino sobre as decisões e os espaços de poder. (Silva *et al.*, 2020).

De acordo com Alves *et al.* (2025), no livro ATER Social: Desafios e compromissos com o meio rural gaúcho, identifica-se diversas vulnerabilidades que afetam as mulheres rurais e que se tornaram ainda mais evidentes após a pandemia. Observa-se o aumento do isolamento social, a diminuição das famílias no campo e, ao mesmo tempo, a permanência de mulheres que demonstram grande interesse em aprender e se fortalecer nas mais diversas áreas. No entanto, aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam dificuldades para participar das atividades, pois precisam recorrer ao trabalho formal para garantir a subsistência.

As questões de gênero seguem sendo um desafio, marcado pela sobrecarga de trabalho, pela falta de autonomia financeira e pela invisibilidade do trabalho feminino na agricultura. Ainda que algumas políticas públicas tenham avançado no sentido de reconhecer o protagonismo das mulheres, persistem barreiras simbólicas e institucionais que limitam seu acesso à renda, à terra e aos espaços de decisão. Além disso, a violência de gênero e o adoecimento mental aparecem como preocupações crescentes, diante da sobrecarga de responsabilidades que recaem sobre as mulheres.

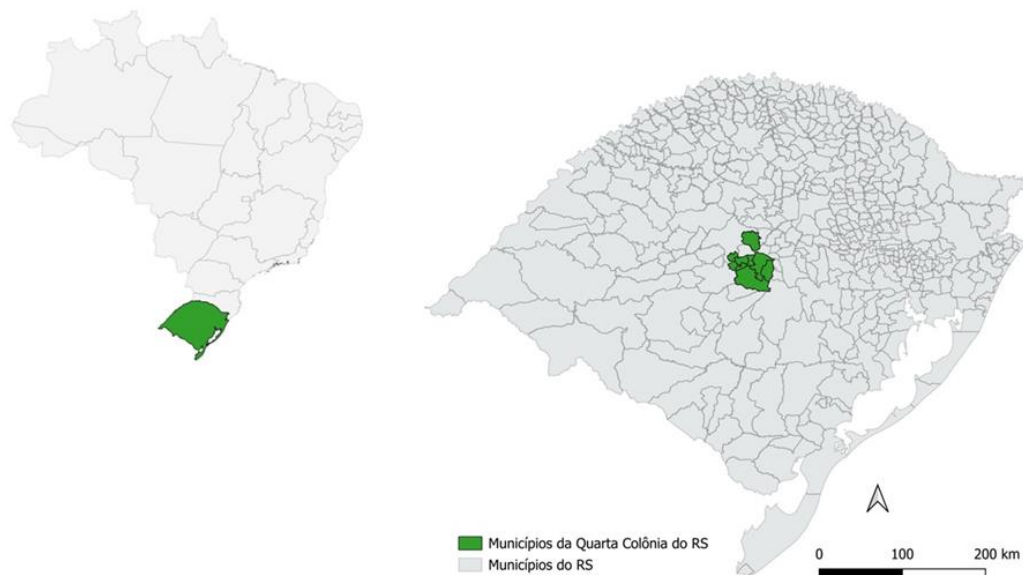
3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno, enquanto as pesquisas exploratórias buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Para Martins (2004), a pesquisa qualitativa é compreendida como aquela que prioriza a análise detalhada dos microprocessos sociais, por meio do estudo das ações individuais e coletivas, buscando uma compreensão profunda dos dados.

Quanto a caracterização do local de estudo, realizou na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, compreendida pelos municípios de: Agudo, Dona Francisca,

Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins, conforme pode ser visualizado na figura 1.

Figura 1 – Municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Participaram desta pesquisa sete extensionistas rurais atuantes na Emater/RS-Ascar, sendo cinco mulheres e dois homens, sendo dois extensionistas rurais da área técnica e cinco da área social.

Quanto aos instrumentos e procedimentos de coleta de dados e análise de dados, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário on-line elaborado no *Google Forms*, contendo quinze questões dissertativas, sendo que neste trabalho serão tratadas apenas duas questões, tendo em vista a necessidade de um recorte em torno da temática específica. Os participantes foram convidados por meio de contato institucional com a coordenação regional da Emater/RS-Ascar da Região Central do estado. A coleta de dados foi realizada no período de setembro a de outubro de 2025.

As informações obtidas foram sistematizadas em documento do Word. Para facilitar a organização e a análise dos dados, cada resposta foi destacada com uma cor específica, permitindo agrupar conteúdos semelhantes, identificar divergências e estruturar a apresentação e interpretação dos resultados de forma mais clara e coerente. Os extensionistas rurais participantes foram identificados de ER1 a ER7.

4. Resultados e Discussão

4.1 Percepção dos extensionistas rurais sobre os desafios e as condições de inserção das mulheres rurais nos sistemas produtivos

A compreensão do trabalho desempenhado pelas mulheres rurais passa, inicialmente, pela distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e de cuidado. Conforme Hirata e Kergoat (2007), o trabalho produtivo está relacionado à geração de bens e renda, sendo socialmente reconhecido e economicamente valorizado, enquanto o trabalho reprodutivo e de cuidado, embora essencial à manutenção da vida e ao bem-estar das famílias, permanece, historicamente, invisível e desvalorizado socialmente.

Nessa mesma perspectiva, Brumer e Paulilo (2004), o termo ‘sexo’ vai além da diferença biológica entre homens e mulheres. As autoras explicam que as desigualdades entre os sexos são resultado de construções sociais, culturais e políticas, que definem o que é esperado de cada um dentro da sociedade. Ou seja, enquanto as características biológicas são herdadas, as diferenças de gênero são aprendidas e podem mudar com o tempo e com o contexto. Reconhecer essas diferenças e buscar transformações é um passo importante para tornar as relações entre homens e mulheres mais justas e equilibradas.

Para analisar o contexto socioeconômico das mulheres rurais da Quarta Colônia, buscou-se inicialmente entender como se organiza o trabalho desempenhado por elas no cotidiano das propriedades. Assim, em um primeiro momento, foi questionado aos extensionistas rurais quais são as principais atividades produtivas e os trabalhos realizados pelas mulheres rurais na região. As respostas apontaram várias funções que evidenciam que elas estão presentes em praticamente todas as atividades das propriedades rurais. Conforme o Quadro 1, as atividades realizadas pelas mulheres rurais são divididas em dois grupos: produtivas e sociais/domésticas.

Quadro 1 – Atividades produtivas e sociais/domésticas desempenhadas pelas mulheres rurais da região da Quarta Colônia do estado do Rio Grande do Sul

Atividades Produtivas	Atividades Sociais/Domésticas
Agroindústria familiar (produção e processamento); Produção de grãos (milho e soja); Cultivo de hortaliças (horticultura); Cultivo de frutíferas (pomares); Cultivo de tabaco; Cultivo de morango; Criação de pequenos animais (aves e suínos); Produção leiteira (ordenha e manejo) Produção de alimentos processados; Trabalho nas lavouras em geral; Atividades de turismo rural.	Cuidado da casa e afazeres domésticos; Cuidado dos filhos; Cuidado de pessoas idosas (pais, sogros); Participação em grupos de mulheres e atividades comunitárias; Mulheres rurais aposentadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se que as mulheres rurais desempenham diversas atividades nas propriedades, entre funções produtivas, muitas delas essenciais para a geração de renda, e tarefas sociais ou domésticas, que garantem a reprodução da família. Entre as atividades produtivas mais citadas, destacam-se a horticultura, o cultivo de tabaco, morango e frutíferas (pomares), a produção leiteira, o trabalho em agroindústrias e a criação de pequenos animais, como aves e suínos. Essas funções, apesar de exigirem tempo e responsabilidade, muitas vezes permanecem associadas à ideia de “atividades secundárias”, principalmente quando estão ligadas ao autoconsumo, como a produção de alimentos para a família.

Por outro lado, as atividades sociais e domésticas aparecem de forma recorrente nas respostas, evidenciando que as mulheres acumulam a maior parte do trabalho relacionado ao cuidado da casa, dos filhos, de pessoas idosas e das tarefas de manutenção geral da propriedade. São atividades contínuas, que não geram renda direta e que, justamente por isso, tornam-se quase invisíveis aos olhos da comunidade e até da própria família. Em muitas situações, esse conjunto de responsabilidades domésticas se soma à participação das mulheres nas lavouras e nas atividades produtivas, resultando em jornadas extensas, sobrecarregadas e, muitas vezes, pouco reconhecidas.

Essa percepção fica ainda mais evidente quando questionados sobre a jornada de trabalho das mulheres rurais, todos os extensionistas rurais foram unânimes em destacar o quanto ela é intensa, cansativa e marcada pela acumulação de várias tarefas ao longo do dia, sendo comum a menção de jornadas triplas. As respostas mostram uma rotina em que as mulheres conciliam as atividades produtivas da propriedade com os afazeres domésticos e o cuidado com a família, o que acaba resultando em uma carga de trabalho contínua, muitas vezes sem horários definidos e sem momentos de descanso.

O acúmulo de responsabilidades aparece quando se afirma que as mulheres “participam praticamente sozinhas das atividades domésticas e cuidados com os filhos e ainda são responsáveis pela produção de alimentos de autoconsumo e trabalham também nas atividades comerciais” (ER1), reforçando essa ideia ao destacar que se trata de “um trabalho contínuo, sem descanso, sem conclusão, que requer atenção durante todo o tempo delas acordadas” (ER2).

Foi citada a existência de jornadas triplas, ao afirmar: “Jornada tripla, cada vez mais pesada. Mulheres vivendo a maternidade mais tardia e/ou com idosos para serem cuidados

são ainda atividades que demandam do emocional já bem fragilizado” (ER4). Reforçando essa análise, também foi mencionado que “a jornada de trabalho é exaustiva por acumular tantas tarefas durante o dia, temos mulheres adoecidas” (ER3), evidenciando como essa sobrecarga impacta diretamente a saúde física e emocional das mulheres.

Questionados sobre quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres rurais em seu dia a dia, os extensionistas rurais trouxeram apontamentos que mostram como esses desafios se manifestam nos âmbitos econômico, social, cultural, familiar, físico e emocional. O Quadro 2, a seguir, reúne os principais aspectos mencionados nas respostas, permitindo visualizar de forma mais clara esses desafios.

Quadro 2 – Principais desafios enfrentados pelas mulheres rurais em seu cotidiano

Falta de liberdade financeira; dinheiro controlado pelos maridos, especialmente mulheres idosas.
Sobrecarga de trabalho.
Penosidade e constância das tarefas.
Isolamento social.
Afastamento dos filhos (estudos); ninho vazio.
Falta de carteira de motorista; dependência para locomoção.
Não possuem conta bancária própria.
Atividades consideradas “secundárias” que não geram renda, pouco acesso à renda gerada na propriedade.
Demandas emocionais e mudanças da meia-idade (40+).
Falta de autonomia nas decisões familiares.
Pouca participação em negociações e decisões financeiras.
Adoecimento mental pela sobrecarga.
Violência física, moral e patrimonial.
Desafio cultural: responsabilização naturalizada pelos cuidados.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As respostas obtidas mostram que os desafios enfrentados pelas mulheres rurais são muitos. Um ponto que chama atenção foi que quatro extensionistas rurais destacaram a dependência financeira, seja porque o dinheiro é controlado pelos maridos, porque elas não têm renda própria ou porque ainda não possuem conta bancária ou autonomia nas decisões

sobre os recursos da propriedade, principalmente das mulheres mais idosas. Essa realidade aparece de forma mais evidente ao se mencionar a “dependência financeira dos maridos, principalmente entre as mulheres mais idosas” (ER3).

As tarefas são contínuas, não têm fim, e acabam isolando as mulheres dentro de uma rotina pesada, que combina trabalho doméstico, cuidado com a família e atividades produtivas. Em algumas falas, essa carga já aparece ligada ao adoecimento mental, justamente por conta da falta de descanso, do isolamento e da falta de reconhecimento. Essa situação pode ser observada na fala que menciona “o adoecimento mental pela sobrecarga de trabalho e funções, muitas vezes pelo isolamento social visto o distanciamento das propriedades dos centros urbanos e demais propriedades” (ER6).

Alguns extensionistas rurais também destacam os desafios emocionais e culturais, mostrando que muitas mulheres ainda se veem responsáveis por todas as tarefas de cuidado porque isso é algo que foi naturalizado ao longo das gerações. Essa construção cultural acaba reforçando a sobrecarga e dificultando a participação delas nos espaços de decisão da propriedade e da comunidade. Entre as falas analisadas, destaca-se uma abordagem que reúne diferentes aspectos e apresenta uma visão mais ampliada dos desafios enfrentados pelas mulheres rurais:

No aspecto econômico, o destaque é o pouco acesso à renda gerada na propriedade e na decisão de investimento dos recursos; no físico, a penosidade do trabalho desenvolvido nas propriedades, visto que em grande parte é braçal e exposto às intempéries climáticas; o adoecimento mental pela sobrecarga de trabalho e funções, muitas vezes pelo isolamento social visto o distanciamento das propriedades dos centros urbanos e demais propriedades; a violência física, moral, patrimonial, fortalecidas pela cultura machista imposta pela sociedade patriarcal. (ER6)

Essa fala aborda vários pontos que apareceram ao longo das respostas e mostra como esses desafios não aparecem isolados, mas se somam e impactam diretamente a vida e a autonomia das mulheres no meio rural.

4.2 Percepção dos extensionistas rurais sobre o bem-estar social das mulheres rurais da Quarta Colônia

Buscou-se compreender também se, diante dos desafios mencionados, a extensão rural tem desenvolvido ações voltadas à saúde física e mental das mulheres e, em caso afirmativo, quais seriam essas iniciativas. O Quadro 3, a seguir, mostra as principais ações apontadas pelos extensionistas rurais.

Quadro 3 – Ações desenvolvidas pela extensão rural relacionadas à saúde física e mental das mulheres rurais

Trabalho com grupos de mulheres.
Trabalhos das extensionistas sociais com saúde mental nos grupos.
Atividades com plantas bioativas, controle de zoonoses, segurança alimentar, saneamento e integração e lazer.
Momentos coletivos para reconhecimento de violências e vulnerabilidades.
Articulação com Sistema Único de Saúde (SUS) e Espaço SER (práticas integrativas).
Parcerias para palestras e eventos sobre saúde mental.
Falas sobre o tema de saúde mental, dentro de espaços coletivos.
Grupos que fortalecem protagonismo e autonomia feminina.
Ações de orientação, educação, fortalecimento de vínculos e encaminhamentos a serviços especializados em saúde física e mental através da rede intersetorial de trabalho.
Grupos mensais sobre empoderamento e violência contra a mulher.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As respostas mostram que a extensão rural desenvolve sim algumas ações voltadas à saúde física e mental das mulheres, mas com diferentes níveis de alcance. Algumas falas deixam claro que o trabalho existe, mas ainda não é suficiente ou não chega a todas, seja pela sobrecarga das mulheres, pela falta de políticas públicas específicas ou pela limitação da equipe.

O que aparece com frequência nas falas dos extensionistas rurais é o trabalho desenvolvido com grupos de mulheres, apontado como um dos principais espaços para o fortalecimento da autoestima, do empoderamento e da criação de vínculos comunitários. As respostas mostram que, nesses espaços, as mulheres conseguem conversar, compartilhar experiências e até identificar situações de violência psicológica, financeira e física. Muitas mulheres que só conseguiram identificar situações de violência após participarem das atividades propostas pela extensão rural, o que reforça a importância desses espaços como forma de acolhimento e orientação. Essa percepção fica evidente quando se afirma:

As mulheres muitas vezes não percebem esta violência, principalmente psicológica e financeira, por pensarem que é cuidado. O papel da extensão neste caso é olhar mais atentamente para aquela mulher, seja em visitas, contatos no escritório ou em

espaço coletivo, e empoderar a mulher na busca do reconhecimento e superação destas vulnerabilidades. (ER3)

Nesse mesmo sentido, também aparece o entendimento de que a extensão rural, em muitos casos, é o único “apoio” presente nas comunidades e propriedades rurais, destacando que o trabalho envolve orientação, fortalecimento de vínculos e encaminhamentos quando necessário, por meio de “ações de orientação, educação, fomento à coletividade, fortalecimento de vínculos comunitários, encaminhamento a serviços especializados em saúde física e mental através da rede intersetorial de trabalho” (ER6), evidenciando como os espaços coletivos e as visitas, tanto sociais quanto técnicas, atuam diretamente no cuidado com a saúde física e emocional das mulheres rurais.

Outra ação recorrente mencionada pelos extensionistas rurais é a realização de palestras, parcerias e atividades coletivas, principalmente voltadas a temas como saúde mental, violência contra a mulher e práticas integrativas. Ainda que não exista uma política institucional específica totalmente voltada à saúde mental, esse tema está presente no cotidiano da extensão rural, conforme evidenciado na fala:

As extensionistas sociais se ocupam bastante de trabalhar questões de saúde mental com as mulheres nos grupos do interior. [...] Saúde mental não é uma prática especificada no planejamento técnico, mas estimulada por transversalidade no alcance das demais práticas. (ER2)

Essa fala demonstra que, apesar da ausência de uma política pública formal, a saúde mental acaba sendo incorporada de forma transversal nas ações desenvolvidas pelos extensionistas rurais, especialmente por meio de atividades sociais, educativas e comunitárias.

4.3 Percepção dos extensionistas rurais sobre o acesso as políticas publicas pelas mulheres rurais da Quarta Colônia

Para Silva *et al.* (2020), mesmo com os investimentos em capacitação e infraestrutura, as instituições de ATER não têm priorizado ações efetivas voltadas à redução das desigualdades de gênero. Essa limitação está diretamente relacionada à forma como muitos extensionistas ainda percebem a mulher rural, por meio de uma visão naturalizada e pouco crítica das desigualdades presentes no campo. Romper com esses padrões exige uma mudança na concepção de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a formação crítica dos extensionistas e o uso de metodologias participativas podem fortalecer o papel transformador da extensão rural, promovendo relações mais justas e igualitárias no meio rural.

Para compreender como os extensionistas rurais avaliam o acesso das mulheres às políticas públicas voltadas ao meio rural, buscou-se saber se, na percepção deles, esse acesso ocorre de forma igualitária e, quando sim, quais seriam as políticas mais acessadas por elas. O Quadro 4 apresenta as principais políticas públicas mencionadas nas respostas.

Quadro 4 – Políticas públicas mencionadas pelos extensionistas rurais como de maior acesso pelas mulheres rurais

Programa Fomento Rural.
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
PEAF – Programa Estadual de Agroindústria Familiar.
Pronaf Mulher – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
Programa Operação Terra Forte.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maior parte dos extensionistas rurais aponta que o acesso das mulheres às políticas públicas ainda não ocorre de forma igualitária. Mesmo quando existe a possibilidade de acessar, muitos destacam que isso não se concretiza na prática. Entre os fatores mencionados estão a falta de informação, a predominância masculina nos espaços de decisão e até a dificuldade das próprias mulheres se manifestarem para buscar esses programas.

Entre as falas, duas chamam bastante atenção pela forma como explicam esse cenário. Uma delas chama atenção para o fato de que, embora alguns programas tenham passado a priorizar as mulheres nos últimos anos, isso não é suficiente para superar uma desigualdade histórica, construída ao longo de gerações. Ressaltando, ainda, que até pouco tempo atrás as mulheres não podiam ter terra em seu nome, nem contas bancárias próprias, e que isso ainda reflete no acesso atual. Esse entendimento fica evidente quando se afirma:

Quanto à operação das políticas, ultimamente o acesso é inclusive voltado de forma prioritária às mulheres. Mas ainda não atingiram a igualdade de recursos socioeconômicos, pois a desigualdade para as mulheres rurais é centenária, vai levar tempo para que a execução de políticas prioritárias chegue próximo à equidade socioeconômica entre homens e mulheres. Observa que até os anos 70 as mulheres não podiam ter a propriedade em seu nome nem conta bancária própria; as mudanças neste sentido são recentes e a herança da desigualdade ainda predomina, a maior parte das propriedades rurais foi passando de pai para filho. Como dizem as minhas

assistidas: ‘as filhas ganham uma máquina de costura e os filhos ficam com toda a terra’. (ER2)

Embora as políticas tenham evoluído no sentido de priorizar mulheres, jovens e outros públicos, essas políticas não chegam de forma igualitária, muito por causa da falta de informação nos espaços dominados por homens. Destaca-se, ainda, que a maioria dos extensionistas rurais são homens e, muitas vezes, eles não têm a sensibilidade necessária para priorizar o acesso feminino, o que ajuda a explicar por que muitas mulheres ainda ficam de fora, conforme expresso em:

Hoje em dia as políticas públicas evoluíram muito no sentido de priorizar ações com as mulheres, os jovens e públicos especiais como indígenas e quilombolas, porém, estas políticas não são acessadas de forma igualitária, falta ainda muita informação nos espaços que são de domínio masculinos. A maioria dos extensionistas rurais são homens, e muitas vezes eles não têm a sensibilidade de priorizar o acesso feminino às políticas. (ER3)

Para as mulheres rurais, esses programas representam oportunidades importantes de geração de renda, inserção produtiva e valorização de seu trabalho, especialmente em atividades ligadas à agroindústria, horticultura e produção de alimentos processados. No entanto, observa-se que, apesar dos avanços, ainda existem limitações quanto à autonomia feminina e à participação efetiva na gestão econômica das propriedades, uma vez que o acesso aos recursos e a tomada de decisões permanecem majoritariamente concentrados nos homens. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas complementares e específicas para as mulheres rurais, capazes de promover a equidade de gênero no meio rural e garantir que os benefícios desses programas se traduzam em maior empoderamento e acesso das mulheres rurais.

Para compreender de que maneira a extensão rural tem contribuído para a permanência das mulheres no campo, questionou-se aos extensionistas rurais sobre esse papel e suas contribuições. Todas as respostas indicaram que sim, que a extensão rural, exerce um papel muito importante, apontando elementos que ajudam a entender esse processo. Entre as respostas, aparecem ações como o incentivo à geração de renda pelas mulheres, a priorização delas no acesso às políticas públicas quando possível e o fortalecimento de atividades que têm garantido retorno financeiro, como as agroindústrias.

Algumas falas trazem análises mais amplas sobre como a extensão rural realmente contribui para a permanência das mulheres no campo. Como pode ser observado na seguinte fala:

Muitos jovens e jovens casais têm voltado ao espaço rural para produzir alimentos e nessas famílias que a extensão rural pode desempenhar um papel fundamental na orientação e fomentar as atividades agrícolas. Mas a permanência das mulheres no

meio rural depende de muitos fatores, como voz ativa nas tomadas de decisões, compartilhamento das rendas familiares, divisão do gerenciamento das propriedades e compartilhamento das atividades domésticas e cuidados com os familiares. A mulher jovem não aceita mais ser a ‘empregada doméstica’ sem salário’. (ER3)

Essa reflexão é ampliada ao dizer que:

Acredito que a extensão rural auxilia as mulheres a fazer a escolha que mais lhe cabe e fortalecer elas nessa escolha e nos meios de viver bem com ela, independente de ser no rural ou na cidade. Somos o elo de ligação para informações diversas, temos vínculos emocionais que nos fazem ser quase ‘consultoras’ em diversas áreas. (ER4)

Além disso, reforça-se a importância das ações práticas da extensão rural, destacando que a permanência das mulheres no campo também se fortalece quando a extensão atua “fomentando o empreendedorismo através de atividades como turismo rural, agroindústria, levando informações, capacitações, promovendo qualificações profissionais, estimulando a participação nos espaços de decisão, formando lideranças entre outras” (ER6).

Para identificar quais projetos, ações e capacitações vêm sendo desenvolvidos em apoio às mulheres rurais da região, perguntou-se aos extensionistas rurais quais iniciativas estão presentes em seus municípios. As respostas trouxeram diversas iniciativas que mostram como o trabalho da extensão rural vem se diversificando para atender as necessidades desse público, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Projetos / Ações / Capacitações citadas pelos extensionistas rurais

Produção de alimentos para autoconsumo.
Acompanhamento do Programa Fomento.
Prioridade do Programa Terra Forte para mulheres e jovens protagonistas.
Oficinas com grupos de mulheres (alimentação, artesanato, saúde mental, boas práticas).
Projeto <i>No Campo Delas</i> (cursos culinários, cursos de Canva e fotografia).
Grupos de WhatsApp para incentivar a comercialização.
Eventos como “Noite Delas” e “Encontro da Mulher Rural”; outros valorizando a importância das mulheres; eventos com parceria com a Assistência Social e o Banrisul.
Viagens/excursões.
Cursos por demanda/oficinas de qualificação.
Informações sobre políticas públicas.
Dias de campo.
Cursos de empreendedorismo e desenvolvimento.
Assessoramento aos empreendimentos rurais e aos grupos de mulheres.
Capacitações em diversos segmentos.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Entre as ações citadas aparecem atividades voltadas à autonomia financeira, como cursos ligados às agroindústrias, produção de alimentos para autoconsumo, artesanato e boas práticas de produção. Também foram mencionados acompanhamentos técnicos, especialmente para mulheres beneficiárias de programas como o Fomento e o Terra Forte, que têm priorizado o protagonismo feminino e juvenil no meio rural.

A análise das falas mostra que há uma combinação de ações produtivas, formativas e de fortalecimento social. Um destaque importante é o conjunto de iniciativas no projeto “No Campo Delas”, que inclui cursos culinários, cursos de Canva e fotografia, grupos de *WhatsApp* para comercialização de produtos, além de eventos coletivos como a “Noite Delas” e o “Encontro da Mulher Rural”, que trabalham tanto formação quanto lazer e reconhecimento das mulheres. Essas ações reforçam não só a qualificação profissional, mas também a valorização e o pertencimento das mulheres no meio rural.

Além disso, várias falas reforçam a importância dos grupos de mulheres como espaços contínuos de formação e troca, onde são realizadas oficinas, cursos, dias de campo e excursões. Esses espaços têm um papel fundamental, como destacado pelo ER6: “Cursos

de empreendedorismo e desenvolvimento para mulheres, assessoramento aos empreendimentos rurais, assessoramento aos grupos de mulheres rurais, eventos que reforçam a importância das mulheres na sociedade”.

Esses momentos coletivos são essenciais para trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento pessoal, ao fortalecimento da autoestima e ao reconhecimento do papel das mulheres no meio rural. Somam-se a isso iniciativas desenvolvidas em parceria com outras instituições, realizadas junto à Assistência Social dos municípios e ao banco Banrisul, voltadas ao empoderamento feminino e à oferta de capacitações em diferentes áreas.

Quando questionados se identificam situações de invisibilidade do trabalho das mulheres nas propriedades rurais, cinco extensionistas rurais afirmaram que sim, destacando diferentes aspectos desse processo. As respostas mostram que essa invisibilidade aparece tanto nas tarefas produtivas quanto nas atividades domésticas e de cuidado, que seguem sendo naturalizadas como “obrigação” feminina.

O trabalho reprodutivo, que envolve alimentação das criações, controle de espécies invasoras, trabalho doméstico, cuidado com crianças e idosos, não é reconhecido como trabalho justamente porque não é remunerado, como afirma a fala “o que tem visibilidade é a sua falta e não a sua importância e a importância de quem o executa” (ER2), mostrando como esse trabalho só é percebido quando deixa de ser feito. “a mulher atua nas atividades secundárias, e cuidados com a casa e familiares. “A mulher atua nas atividades secundárias, e cuidados com a casa e familiares. São trabalhos vistos como não econômicos” (ER3), mostrando como essas tarefas seguem sendo tratadas como algo menor, apesar de sustentarem o funcionamento e a manutenção da propriedade e da família. Essa invisibilidade se evidencia ao afirmar que:

As mulheres cuidam de todo o trabalho de manutenção das propriedades, além dos cuidados com a família, são em sua totalidade, as responsáveis pelos cuidados com crianças, pessoas idosas, com deficiência e doentes quando existentes. (ER6)

Essa sobrecarga acaba reforçando estereótipos e mantendo o trabalho feminino fora do reconhecimento social. Estas constatações vão ao encontro do trabalho de Brumer (2004) que mostra que, o trabalho das mulheres embora essencial é frequentemente caracterizado como “ajuda”.

Na atividade da bovinocultura leiteira, onde apesar de grande parte do trabalho nesta atividade ser feito por mulheres, “quando fazemos uma capacitação a grande maioria dos

participantes são do sexo masculino” (ER7). Isso evidencia como a invisibilidade se expressa também nos espaços de formação e capacitação.

As opiniões dos extensionistas rurais divergem sobre a invisibilidade, mas há consenso quanto à falta de reconhecimento do trabalho doméstico, como observado na seguinte fala:

Alguns maridos/companheiros não se colocam na condição de parceiros desse trabalho, que é feito para toda a família, sobrecarregando as mulheres em turnos triplos. Está mudando entre os jovens, mas ainda presente nas gerações mais velhas. (ER4)

Essa fala evidencia que, mesmo quando o trabalho das mulheres é visto, muitas vezes ele não é reconhecido como deveria, ficando restrito à ideia de "cuidado" ou "responsabilidade", o que reforça a sobrecarga no cotidiano.

As falas mostram que a invisibilidade do trabalho das mulheres nas propriedades rurais ainda é uma realidade, especialmente no que diz respeito aos cuidados, às tarefas domésticas e a atividades produtivas não reconhecidas como fonte de renda, apesar de serem fundamentais para a propriedade rural.

5. Considerações finais

É possível compreender que, embora as mulheres desempenhem papel fundamental na produção, na gestão da propriedade e no âmbito familiar, seu trabalho ainda é, em muitos casos, pouco reconhecido e valorizado, permanecendo invisível aos olhos da sociedade e, por vezes, dentro da própria família.

Os resultados evidenciam que as mulheres rurais acumulam múltiplas funções, conciliando atividades produtivas, responsabilidades domésticas e cuidados com a família, o que gera sobrecarga física e emocional. Somam-se a isso as dificuldades de acesso a políticas públicas, capacitações técnicas e espaços de tomada de decisão, fatores que limitam sua autonomia econômica e social.

A atuação da extensão rural mostrou-se essencial no apoio às mulheres rurais, não apenas no aspecto técnico, mas também no aspecto social, no fortalecimento da autoestima, da organização coletiva e da participação social. As ações desenvolvidas pelos extensionistas rurais contribuem para a valorização do trabalho feminino e para a promoção de mudanças graduais nas relações de gênero no campo, demonstrando que a extensão rural é uma ferramenta essencial para a construção de um meio rural mais justo e inclusivo.

Evidencia-se a ausência de extensionistas rurais da área social em alguns municípios em relação a área técnica, e a predominância masculina na extensão rural, o que pode limitar o alcance de ações mais voltadas às questões humanas e sociais. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer equipes multidisciplinares e ampliar a formação dos extensionistas rurais sobre questões de gênero, de modo que a extensão rural contribua de forma mais efetiva para a redução das desigualdades no meio rural.

Para permanecer no meio rural, as mulheres necessitam não apenas de apoio produtivo, mas também de espaços de lazer, cultura e convivência. A sociabilidade promovida pela extensão rural de caráter social vai além da base produtiva, proporcionando momentos de troca, fortalecimento emocional, desenvolvimento pessoal e autocuidado. São, muitas vezes, ações sutis, que fazem diferença no cotidiano e que se constroem na relação entre mulheres: mulher extensionista e mulher rural, tais ações por vezes tornam-se fundamentais para a permanência da mulher no campo. Ou seja, são elas por elas, elas com elas.

Referências

ALVES, L. L. (org). ATER Social: desafios e compromissos com o meio rural gaúcho. 1. ed. Porto Alegre: Estúdio Brio, 2025. ISBN 978-65-982939-3-2.

ALVES, L. L.; BREITENBACH, M. B.; MIRANDA, R. S.; QUADROS, C. S.; PEGLOW, K.; FONSECA, M. I. B. Quando o rural é mais que produção: o compromisso da ATERS pública e os desafios para o desenvolvimento do trabalho social no campo. In: XV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa do Setor Público do Brasil, 2025, Campina Grande, PB. Extensão Rural e urgências climáticas. Campina Grande: [s.n.], 2025.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. As agriculturas do sul do Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, Florianópolis, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21697.pdf>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 01 dez. 2025.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação & Pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? Brasília: UNESCO, 2000. 348 p.

SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M.; CEZAR, L. S. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 58, n. 1, e187845, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187845>

VILLWOCK, A. P. S.; GERMANI, A. R. M.; RONCATO, P. E. dos S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. Revista Alamedas, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2016. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus Toledo. e-ISSN 1981-0251.